



Tribunal de Contas
do Estado do Piauí



Relatório das Contas de Governo

Município de Passagem Franca do Piauí

2022

RELATÓRIO DAS CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

TC/004420/2022

Exercício de Referência: 2022

Tipo de Processo	CONTAS DE GOVERNO
Relatora	WALTÂNIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA
Procurador	MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

Ato Originário: Plano Anual de Controle Externo – PACEX 2023/2024, aprovado pela Decisão Plenária nº 008/2023 de 30/03/2023, publicado no DOTCEPI nº 068/2023 de 12/04/2023 (Processo SEI nº 101345/2023)

Objetivo: Avaliação das contas do Chefe do Poder Executivo municipal, visando subsidiar a emissão de Parecer Prévio das Contas de Governo

Credenciamento: Portaria nº 511/2023 de 06/07/2023, publicado no DOTCEPI nº 126/2023 de 07/07/2023.

Composição da Equipe de Fiscalização	Matrícula
EDNIZE OLIVEIRA COSTA LAGES (Supervisor)	96886
MAYRA VELOSO PORTO PIRES DE OLIVEIRA (Coordenador)	82435
RAFAELLA PINTO MARQUES LUZ	98315

Gestor	CPF	Período	
		Início	Fim
SAULO VINICIUS RODRIGUES SATURNINO (PREFEITO)	035.242.593-83	01/01/2021	31/12/2022

Responsável Contábil	CPF/CNPJ	Início	Fim
A SOARES & A B SANTOS SOUSA	21.505.535/0001-94	01/01/2022	31/12/2022

Controlador	CPF	Início	Fim
GARDÊNIA SOARES DE SOUSA ARAÚJO	798.486.053-04	01/01/2022	31/12/2022

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde	IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor
BF - Balanço Financeiro	ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
BPC - Benefício de Prestação Continuada	LC - Lei Complementar
BGM - Balanço Geral do Município	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
BO - Balanço Orçamentário	LOA - Lei orçamentária anual
BP - Balanço Patrimonial	LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
CF - Constituição Federal	LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
COSIP - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
DC - Dívida Consolidada	PACEX - Plano Anual de Controle Externo
DCL - Dívida Consolidada Líquida	PCE - Prestação de Contas Eletrônica
DFCONTAS - Diretoria de Fiscalização de Gestão e Contas Públicas	PIB - Produto Interno Bruto
DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa	PPA - Plano Plurianual
DOTCE - Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado	RCL - Receita Corrente Líquida
DTP - Despesa Total com Pessoal	RGF - Relatório de Gestão Fiscal
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais	RGPS - Regime Geral de Previdência Social
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	RITCE - Regimento Interno do Tribunal de Contas
FPM - Fundo de Participação dos Municípios	RP - Restos a Pagar
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária
IDHm - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	SECEX - Secretaria de Controle Externo
IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal	SUAS - Sistema Único de Assistência Social
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	SUS - Sistema Único de Saúde
	TC - Tomada de Contas
	TCE/PI - Tribunal de Contas do Estado do Piauí
	VAAF - Valor Anual por Aluno
	VAAT - Valor Anual Total por Aluno

ILUSTRAÇÕES DO RELATÓRIO

Lista de Figuras

Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.....	9
Figura 2 – Faixas de resultado do IEGM.....	47

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – IDHm do Estado do Piauí e do Município de Passagem Franca do Piauí.....	10
Gráfico 2 – Série histórica do IDHm de Passagem Franca do Piauí.....	10
Gráfico 3 – Posição no Ranking do Salário Médio - Município de Passagem Franca do Piauí	11
Gráfico 4 – Receita Corrente Líquida mensal do exercício de 2022 (em milhões).....	17
Gráfico 5 – Despesa empenhada total por função	21
Gráfico 6 – Repasse mensal ao Poder Legislativo (em R\$)	31
Gráfico 7 – Fontes de recursos com disponibilidade de caixa líquida negativa.....	37
Gráfico 8 – Total das despesas com educação por subfunção	47
Gráfico 9 – Total das despesas com saúde por subfunção.....	49
Gráfico 10 – Total das despesas com assistência social por subfunção	50

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Benefícios pagos no exercício de 2022 em Passagem Franca do Piauí	12
Tabela 2 – Instrumentos de planejamento do município de Passagem Franca do Piauí	13
Tabela 3 – Despesas previstas nos instrumentos de planejamento de 2022-R\$	13
Tabela 4 – Total das alterações orçamentárias por tipo de crédito	14
Tabela 5 – Apuração do limite de abertura do crédito suplementar autorizado na LOA	14
Tabela 6 – Receitas orçamentárias do exercício de 2022	16
Tabela 7 – Receita tributária e COSIP de 2020 a 2022	17
Tabela 8 – Apuração da Receita Corrente Líquida	18
Tabela 9 – Detalhamento da despesa por categoria e grupo de natureza da despesa ..	21
Tabela 10 – Quadro da execução dos restos a pagar não processados.....	22
Tabela 11 – Quadro da execução dos restos a pagar processados	22
Tabela 12 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em MDE.....	23
A Tabela 13 demonstra o percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022. Tabela 13 – Percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022	23
Tabela 14 – Despesas com recursos do FUNDEB por área de atuação	24

Tabela 15 – Contribuição para o FUNDEB	25
Tabela 16 – Recursos recebidos do FUNDEB	25
Tabela 17 – Apuração do limite mínimo de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica	26
Tabela 18 – Percentual das receitas recebidas do FUNDEB e não aplicadas no exercício	27
Tabela 19 – Percentual de aplicação do FUNDEB-VAAT na Educação Infantil	27
Tabela 20 – Percentual de aplicação do FUNDEB – VAAT em Despesas de Capital	28
Tabela 21 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em ASPS	28
Tabela 22 – Percentual dos gastos com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) de 2019 a 2022	29
Tabela 23 – Detalhamento da Despesa Total de Pessoal	30
Tabela 24 – Apuração do limite de despesa com pessoal	30
Tabela 25 – Apuração do limite de despesa com pessoal nos últimos 3 quadrimestres	31
Tabela 26 – Apuração da receita efetiva do exercício anterior	32
Tabela 27 – Apuração do limite de endividamento	33
Tabela 28 – Apuração do cumprimento do limite de contratação de operações de crédito	33
Tabela 29 – Análise das metas fiscais	34
Tabela 30 – Análise do cumprimento da regra de ouro	35
Tabela 31 – Análise da aplicação da receita de alienação de bens	35
Tabela 32 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	36
Tabela 33 - Resultado financeiro do RPPS de Passagem Franca	39
Tabela 34 – Resultado do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)	41
Tabela 35 – Parcelamentos vigentes no exercício	43
Tabela 36 – Evolução do indicador distorção idade-série de 2019 a 2022	48
Tabela 37 – Evolução da avaliação do portal da transparência de 2020 a 2022	50
Tabela 38 – Resumo da apuração dos limites constitucionais e legais	53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL	9
2.1. Índice de desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	9
2.2. Produto Interno Bruto – PIB.....	10
2.3. Trabalho e Renda	11
2.4. Programas Sociais e benefícios previdenciários	11
3. APRECIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL	12
3.1. Instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)	12
3.1.1. Compatibilidade dos instrumentos de planejamento.....	13
3.1.2. Previsão da receita e fixação da despesa na LOA.....	13
3.1.3. Alterações orçamentárias.....	14
3.1.3.1 Publicação de decretos de alteração orçamentária fora do prazo estabelecido pela Constituição Estadual do Piauí/89 e com valores divergentes do Sagres	15
3.2. Receitas.....	16
3.2.1. Receita Tributária e COSIP.....	16
3.2.2. Receita Corrente Líquida - RCL	17
3.2.3. Insuficiência na Arrecadação da Receita Tributária - IPTU	18
3.2.4 Classificação indevida no registro da complementação das fontes de recursos das emendas parlamentares	18
3.2.4. Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU)	19
3.3. Despesas.....	20
3.3.1. Restos a Pagar.....	21
3.4. Apuração dos limites constitucionais e legais.....	22
3.4.1. Aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).....	22
3.4.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB	24
3.4.2.1. Aplicação dos recursos do FUNDEB com os profissionais da Educação Básica	25
3.4.2.2. Apuração da receita do FUNDEB recebida e não aplicada no exercício	26

3.4.2.3. Apuração da aplicação da complementação – VAAT na educação infantil.....	27
3.4.2.4. Apuração da aplicação da complementação – VAAT em despesas de capital	28
3.4.3. Aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)	28
3.4.4. Apuração do limite de despesas de pessoal do Poder Executivo.....	29
3.4.5. Repasse do duodécimo ao Poder Legislativo	31
3.4.6. Limite da dívida consolidada líquida.....	32
3.4.7. Limite para contratação de operações de crédito	33
3.5. Metas fiscais	34
3.6. Verificação do cumprimento da “regra de ouro”	35
3.7. Aplicação da receita de alienações de bens.....	35
3.8. Análise do equilíbrio financeiro	36
3.9. Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	38
4. APRECIACÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO.....	45
4.1. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - DCASP	45
5. RESULTADO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL.....	46
5.1. Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM	46
5.2. Educação	47
5.2.1. Indicador distorção idade-série.....	48
5.4. Assistência Social	49
5.5. Portal da transparência.....	50
6. BLOQUEIO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DAS CONTAS BANCÁRIAS DEVIDO A AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONSOANTE PREVISTO NO ART. 86, IV, DA LEI 5.888/09.....	51
7. RESUMO DOS ACHADOS	52
8. CONCLUSÃO.....	53
9. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	54

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório trata da análise das contas anuais do Município de **Passagem Franca do Piauí**, exercício financeiro de 2022, com o objetivo de avaliar se o Chefe do Poder Executivo está exercendo adequadamente suas funções de governança para o atingimento dos macro-objetivos do governo com critérios operacionais, de conformidade e financeiros, visando subsidiar a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo.

O parecer e o voto que serão emitidos por este Tribunal, embasados neste relatório técnico e eventual contraditório, contribuirão para os Vereadores avaliarem a gestão municipal, considerando a realidade local.

Este relatório foi elaborado em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, [Resolução TCE/PI nº 11/2021, de 15 de julho de 2021](#), e demais critérios contidos na legislação vigente, compreendendo os seguintes aspectos:

- Avaliação da conjuntura econômica e social;
- Verificação da conformidade da execução orçamentária quanto ao cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como observância aos limites;
- Avaliação do Balanço Geral do Município;
- Avaliação dos resultados da atuação governamental na perspectiva das políticas públicas;
- Avaliação do portal da Transparência do Município.

Por fim, ressalta-se que a análise foi feita por amostragem, não eximindo o gestor de outras constatações posteriormente detectadas e não abrangidas nesta oportunidade.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

O município de **Passagem Franca do Piauí** está inserido na mesorregião **Centro-Norte** e no Território de desenvolvimento **ENTRE-RIOS**.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a área territorial do município é de **643 km²**, ocupando a **129ª** posição no estado. A população do município em **2022** é de **4.135** habitantes, sendo a **177ª** população do Estado de 224 municípios, apresentando densidade demográfica de **6,43 hab/km²**.

Mais informações sobre o município estão disponíveis no site institucional da Prefeitura Municipal <https://passagemfrancadopiaui.pi.gov.br>.



Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

2.1. Índice de desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Com base nos dados do relatório PNUD, disponibilizados na plataforma Atlas Brasil¹, o município de **Passagem Franca do Piauí** apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de **0.561**, em 2010 (último período avaliado), o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano **Baixo**, **abaixo do índice estadual de 0.646 para o mesmo período**.



¹ Plataforma Atlas Brasil disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

No gráfico a seguir é apresentada a série histórica do IDHM do município no período de 1991 a 2010 nas 3 dimensões (renda, longevidade e educação) e o índice geral.

Gráfico 1 – IDHm do Estado do Piauí e do Município de Passagem Franca do Piauí

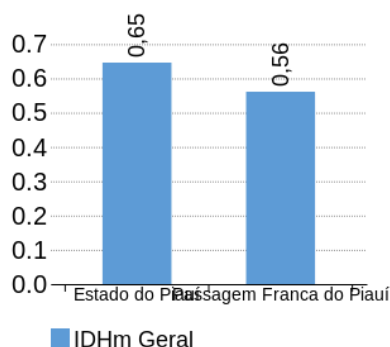
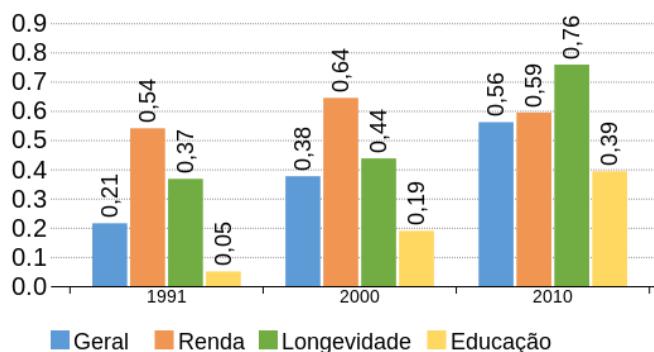


Gráfico 2 – Série histórica do IDHm de Passagem Franca do Piauí



2.2. Produto Interno Bruto – PIB

Conforme o IBGE, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, sendo um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período.

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender uma realidade, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde.

A seguir, são apresentados os dados mais recentes do PIB geral e o per capita do município de Passagem Franca do Piauí².

PIB	PIB per capita
R\$ 41,50 MI	R\$ 9.598,89
2020	2020

As três atividades com maior valor adicionado bruto no PIB do município são as seguintes:

² Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

- 1º) Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social;
- 2º) Demais serviços;
- 3º) Pecuária, inclusive apoio à pecuária.

2.3. Trabalho e Renda

Em relação ao trabalho e rendimento³, em **2021**, o município apresentava salário médio mensal de R\$ **2.103,97** para os trabalhadores formais, o que representa **1,9** salário mínimo.

Em comparação com os demais municípios do Estado, **Passagem Franca do Piauí** encontra-se na posição **69ª** em relação à média salarial dos trabalhadores formais.

Gráfico 3 – Posição no Ranking do Salário Médio - Município de Passagem Franca do Piauí



Ainda, o município de **Passagem Franca do Piauí** apresentava um total de **393** pessoas ocupadas⁴ em **2021**, o que representa **9,07%** de pessoas ocupadas em relação à população total do exercício.

2.4. Programas Sociais e benefícios previdenciários

Em 2022, os principais programas sociais e benefícios previdenciários que impactaram os municípios Piauienses foram: (i) o auxílio Brasil⁵; (ii) as aposentadorias, pensões e auxílios previdenciários do RGPS; e (iii) o Benefício de Prestação Continuada – BPC⁶.

Os beneficiários do município de **Passagem Franca do Piauí**, durante o exercício, receberam um total de R\$ 6.818.368,05, conforme Tabela 1.

³ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

⁴ Pessoa ocupada, na metodologia do IBGE, é quando a pessoa exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa.

⁵ Programa social do Governo Federal de transferência de renda para famílias que estão em extrema pobreza ou em situação de pobreza, e que busca garantir a oferta das ações básicas e melhoria da qualidade de vida.

⁶ Benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que garante um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Tabela 1 – Benefícios pagos no exercício de 2022 em Passagem Franca do Piauí

Tipo Benefício	Quantidade de benefícios*	Valor médio (R\$)*	Valor mensal (R\$)*	Valor anual (R\$)
Auxílio Brasil	1.283	420,24	539.174	5.712.268,00
BPC	12	1.212,02	14.544,23	184.233,39
Aposentadoria RGPS	36	1.125,16	40.505,92	551.535,49
Outros benefícios RGPS	27	1.141,12	30.810,25	370.331,17
Total	1.358	3.898,54	625.034,40	6.818.368,05

*Referência: Dezembro/2022. Observação: Benefícios agregados de acordo com a localização do órgão pagador. Não necessariamente reflete o município de residência do beneficiário.

Fonte: Ministério da Previdência Social e Portal da Transparência do Governo Federal

3. APRECIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL

Este capítulo tem como objetivo avaliar a adequação da execução orçamentária e financeira do exercício de **2022** quanto ao cumprimento das leis e normas pertinentes, notadamente no que tange às regras insculpidas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ressalta-se que o resultado dessa avaliação não se configura em certificação acerca da regularidade da gestão, ou seja, a certificação da regularidade da condução dos recursos públicos pela Administração. Assim, como não visa dar conformidade à aplicação da lei de licitação e contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) e outras não especificadas no escopo do trabalho.

Por fim, destaca-se que os indicadores apresentados neste capítulo são baseados nos dados enviados na prestação de contas mensal e anual do sistema Sagres Contábil e Documentação Web.

3.1. Instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos integrados de planejamento, estando um vinculado ao outro, razão pela qual uma boa execução orçamentária necessariamente dependerá de um adequado planejamento tático-estratégico das ações estatais (PPA), pois dele deriva a LDO (elo entre o planejamento tático-estratégico e o orçamento propriamente dito) e a LOA.

A tabela a seguir apresenta a lei e a data de aprovação e publicação dos instrumentos de planejamento.

Tabela 2 – Instrumentos de planejamento do município de **Passagem Franca do Piauí**

Peças	Lei Municipal	Data da Aprovação	Data da Publicação
PPA 2022/2025	183/2021	31/12/2021	11/01/2022
LDO 2022	182/2021	05/10/2021	08/10/2021
LOA 2022	184/2021	31/12/2021	11/01/2022

Fonte: Documentação Web e Imprensa Oficial do Município

3.1.1. Compatibilidade dos instrumentos de planejamento

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou a necessidade de articulação entre as três peças orçamentárias, na medida em que a execução das ações governamentais está condicionada à demonstração de sua compatibilidade com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

Para avaliar a compatibilidade quantitativa do planejamento orçamentário e a execução, foram analisadas as despesas previstas no PPA (2022/2025) em consonância com as fixadas na LDO e LOA, comparando-as com a execução orçamentária do período, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Despesas previstas nos instrumentos de planejamento de **2022-R\$**

Exercício	Instrumentos de Planejamento		
	PPA	LDO	LOA
2022	21.878.876,93	16.158.098,86	21.878.876,93

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário RREO 6º bimestre (peça 01, fls. 02 a 03) e PPA 183/2021; LOA 184/2021; LDO 182/2021.

Observa-se que houve compatibilidade entre as três peças orçamentárias (LDO, PPA e LOA).

3.1.2. Previsão da receita e fixação da despesa na LOA

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 21.878.876,93, apresentando uma situação de equilíbrio. O referido diploma legal atendeu, dentre outros, ao princípio da unidade orçamentária, uma vez que consolida os orçamentos de todos os órgãos, entidades e fundos que compõem a estrutura do Poder.

3.1.3. Alterações orçamentárias

Amparadas nas autorizações contidas na Lei Orçamentária e nas leis específicas que autorizam a abertura de Créditos Adicionais, o orçamento inicial foi atualizado (dotação atualizada) para o valor de R\$ 28.732.084,45, equivalente a 131,32% do orçamento inicial.

A Tabela 4 detalha as alterações orçamentárias por tipo de crédito ocorridas no período.

Tabela 4 – Total das alterações orçamentárias por tipo de crédito

Alteração do orçamento	Valor (R\$)	% sobre a dotação inicial
Dotação Inicial	21.878.876,93	100%
(+) Créditos Suplementares	17.788.501,41	81,30%
(+) Créditos Especiais	0,00	0,00%
(+) Créditos Extraordinários	0,00	0,00%
(-) Anulações de Créditos	10.935.293,89	49,98%
= Dotação Atualizada	28.732.084,45	131,32%
(-) Despesa Empenhada	26.473.620,09	121,00%
= Dotação não utilizada	2.258.464,36	10,32%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo dos Créditos Adicionais peça 01, fls. 04 a 06 e Balanço Orçamentário RREO 6º bimestre peça 01, fls. 02 a 03

O art. 7º da Lei Orçamentária Anual autoriza, previamente, o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 80% da despesa fixada para o exercício de **2022**, conforme apurado na Tabela 5.

Tabela 5 – Apuração do limite de abertura do crédito suplementar autorizado na LOA

Item	Valor (R\$)	% sobre a base de cálculo
Dotação Inicial (a)	21.878.876,93	
Exclusões da base de cálculo para apuração do limite de abertura de créditos suplementares, quando houver (b)	0,00	
Base de cálculo para apuração do limite autorizado para abertura de crédito suplementar (c) = (a - b)	21.878.876,93	100%
Total autorizado para abertura de crédito suplementar (d) = (c) * % autorizado	17.503.102,00	80,00%
Total de créditos suplementares abertos no exercício (e)	17.788.501,41	81,30%
Créditos suplementares abertos no exercício com autorização em Lei específica (f)	0,00	0,00%
Créditos suplementares abertos no exercício conforme exclusões previstas na LOA, exceto os autorizados em lei específica (g)	6.603.364,58	30,18%
Créditos suplementares abertos no exercício para fins do cumprimento do limite (h) = (e - f - g)	11.185.136,83	51,12%
Saldo apurado para fins do limite de abertura de crédito suplementar (i) = (d - h)	6.317.965,17	28,88%

Fonte: Sagres Contábil

Os créditos suplementares abertos no exercício, artigo 7º da LOA (Lei nº 184/2021), exceto os autorizados em lei específica, foram de R\$ 6.603.364,58, conforme demonstrado a Tabela 5. Peça 01, fls. 06 a 10

Com isso, verificou-se que os créditos suplementares abertos no exercício para fins do cumprimento do limite atingiram o montante de R\$ 11.185.136,83, que corresponde a 51,12% da base de cálculo, **não ultrapassando** o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual.

3.1.3.1 Publicação de decretos de alteração orçamentária fora do prazo estabelecido pela Constituição Estadual do Piauí/89 e com valores divergentes do Sagres

O Município realizou as publicações de seus atos em jornal da imprensa oficial. Ressalte-se que embora conste publicação no DOM de decretos do município, esses foram publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais (art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da CE do Piauí/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos Decretos e que seja **no prazo de 10 dias**, a partir da conclusão do ato).

Além disso, verificou-se decretos informados no Sagres Contábil com valores divergentes dos publicados no DOM, conforme tabela abaixo: Peça 2, fls. 11 a 53.

Número	Data de Publicação	Data Limite	Data Dom	Atraso	Lei que Autorizou	Suplementação	Valores Divergentes (DOM)
1/2022	03/01/2022	13/01/2022	23/05/2022	130	000184/2022	262.221,80	187.000,00
2/2022	01/02/2022	11/02/2022	27/05/2022	105	000184/2022	545.767,47	448.507,27
3/2022	02/03/2022	12/03/2022	11/07/2022	121	000184/2022	1.057.456,77	491.155,43
4/2022	01/04/2022	11/04/2022	02/08/2022	113	000184/2022	941.938,22	678.905,22
6/2022	02/05/2022	12/05/2022	26/08/2022	106	000184/2022	1.456.453,78	1.390.965,62
7/2022	01/06/2022	11/06/2022	08/09/2022	89	000184/2022	1.603.297,63	1.573.871,43
8/2022	01/07/2022	11/07/2022	03/10/2022	84	000184/2022	709.869,50	
9/2022	01/07/2022	11/07/2022	03/10/2022	84	000184/2022	1.173.664,08	1.003.043,89
10/2022	01/08/2022	11/08/2022	31/10/2022	81	000184/2022	691.879,42	641.144,42
11/2022	01/08/2022	11/08/2022	31/10/2022	81	000184/2022	973.870,91	857.372,63
12/2022	01/09/2022	11/09/2022	02/12/2022	82	000184/2022	1.042.443,29	1.030.952,19
13/2022	01/09/2022	11/09/2022	02/12/2022	82	000184/2022	846.011,65	741.957,89
14/2022	03/10/2022	13/10/2022	23/12/2022	71	000184/2022	852.528,80	632.337,31
15/2022	03/10/2022	13/10/2022	23/12/2022	71	000184/2022	793.117,85	994.091,77
16/2022	01/11/2022	11/11/2022	03/02/2023	84	000184/2022	1.692.318,99	1.748.608,45
17/2022	01/12/2022	11/12/2022	11/04/2023	121	000184/2022	1.807.263,50	
18/2022	01/12/2022	11/12/2022	11/04/2023	121	000184/2022	1.183.045,41	
19/2022	30/12/2022	09/01/2023	11/04/2023	92	000184/2022	26.483,50	

Achado 1. Publicação de decretos com valores divergentes da prestação de contas (Sagres)

Achado 2. Publicação de decretos de alteração orçamentária fora do prazo

3.2. Receitas

Em 2022, a receita total arrecadada líquida, deduzidas as restituições e demais descontos, foi de R\$ 25.299.091,27, correspondendo a 100,00% em relação à receita prevista atualizada.

Tabela 6 – Receitas orçamentárias do exercício de 2022

Item	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	25.219.653,10	25.219.653,10	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.072.277,23	1.072.277,23	0,00
Receita de Contribuições	1.028.140,56	1.028.140,56	0,00
Receita Patrimonial	18.612,28	18.612,28	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	23.050.623,03	23.050.623,03	0,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00
Receitas de Capital (II)	79.438,17	79.438,17	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	79.438,17	79.438,17	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.299.091,27	25.299.091,27	0,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.299.091,27	25.299.091,27	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP peça 01, fls. 02 a 03

3.2.1. Receita Tributária e COSIP

O somatório da receita tributária arrecadada com a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP) foi de R\$ 1.072.277,23, correspondendo a 100,00% em relação à previsão atualizada (R\$ 1.072.277,23).

A Tabela 7 apresenta a receita tributária e COSIP realizada no período de 2020 a 2022.

Tabela 7 – Receita tributária e COSIP de 2020 a 2022

Item	Receitas realizadas líquidas das deduções			Variação 2022/ 2021
	2020	2021	2022	
Receita Tributária (I)	331.211,55	397.563,55	1.072.277,23	169,71%
Impostos	296.205,69	392.381,90	881.836,28	124,74%
IPTU	5.208,00	351,93	707,68	101,09%
ISS	108.042,53	105.713,94	199.802,72	89,00%
ITBI	2.300,00	9.992,05	1.211,30	-87,88%
IRRF	180.655,16	276.323,98	680.114,58	146,13%
Taxas	0,00	5.181,65	190.440,95	3575,30%
Contribuição de Melhoria	35.005,86	0,00	0,00	0,00%
COSIP (II)	0,00	36.731,09	0,00	-100,00%
TOTAL (I + II)	331.211,55	434.294,64	1.072.277,23	146,90%

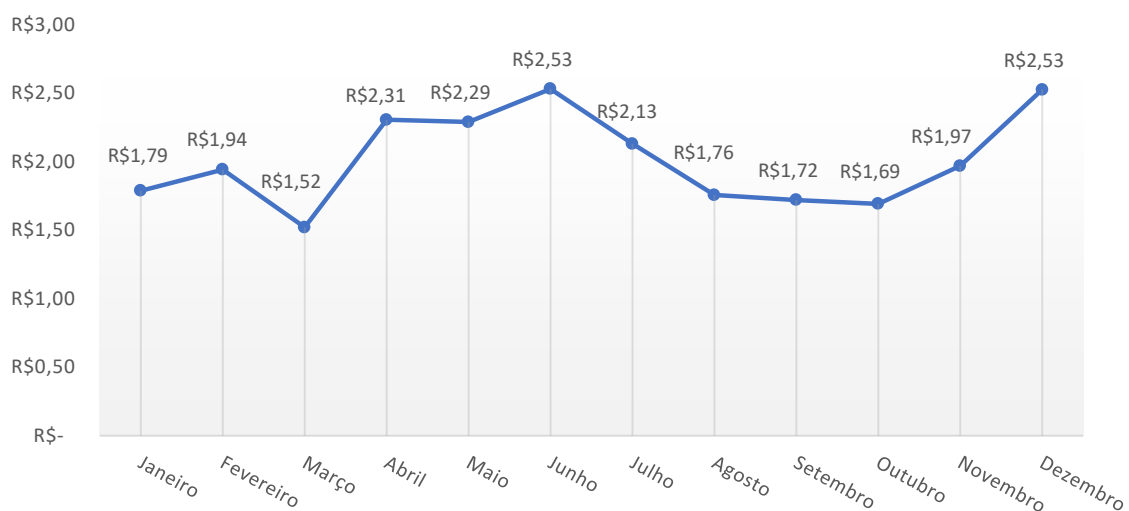
Fonte: Sagres Contábil – Relatório da Receita Tributária e COSIP peça 01, fl. 54

Ao analisar a Tabela 7, observa-se que houve uma variação de 146,90% na arrecadação da receita tributária e COSIP de 2022 em relação ao exercício de 2021.

3.2.2. Receita Corrente Líquida - RCL

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de **Passagem Franca do Piauí**, apurada no exercício de **2022**, foi de R\$ 24.188.080,12, conforme se demonstra mensalmente no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Receita Corrente Líquida mensal do exercício de 2022 (em milhões)



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 6º bimestre RREO – Anexo 03 peça 01, fl. 55

A Tabela 8 demonstra a apuração da Receita Corrente Líquida para os limites de endividamento e de despesa com pessoal.

Tabela 8 – Apuração da Receita Corrente Líquida

Item	Valor (R\$)
Receitas Correntes (I)	27.240.746,52
Deduções (II)	3.052.666,40
Contribuição do servidor para o plano de previdência	574.946,64
Compensações financeira entre Regimes de Previdência	11.814,29
Rendimentos de aplicações recursos previdenciários	3.432,42
Dedução de receita para formação do FUNDEB	2.462.473,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	24.188.080,12
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDEVIDAMENTO (V) = (III - IV)	24.188.080,12
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	746.980,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	23.441.100,12

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 6º bimestre RREO – Anexo 03 peça 01, fls. 55

3.2.3. Insuficiência na Arrecadação da Receita Tributária - IPTU

Verificou-se que a receita de IPTU do município, no exercício, foi de R\$ 707,68, conforme lançamentos no Sagres Contábil, contrariando o que dispõe o art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF), que estabelece vedações ao ente que se omite quanto à instituição, previsão e efetiva arrecadação dos tributos de sua competência constitucional.

Achado 3. Insuficiência na arrecadação de tributo de competência municipal (IPTU)

3.2.4 Classificação indevida no registro da complementação das fontes de recursos das emendas parlamentares

O município recebeu receitas de emendas parlamentares, conforme consulta ao link: <https://www.tesourotransparente.gov.br/consultas/painel-das-emendas-parlamentares-individuais-e-de-bancada>.

A Instrução Normativa TCE/PI Nº 03 DE 06 de outubro de 2022, dispôs sobre os códigos de Fontes de Recursos e Códigos de Aplicação a serem utilizados nas competências a partir do exercício 2022 para as informações prestadas através do sistema SAGRES-Contábil, sendo indicadas a complementação de Fontes de Recursos Individual: 3112 ou 7001 (Individual e Especial), 3111 ou 7000 (Indiv-saúde), Bancada:

3120. Todavia, verificou-se que a contabilidade do município não aplicou corretamente a complementação da Fonte de Recurso da emenda parlamentar destinada ao ente.

UG	Valor Dados Abertos (A)	Valor Sagres (B)	Diferença (A - B)
☐ P. M. DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	746.980,00	0,00	746.980,00
☐ FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	746.980,00	0,00	746.980,00
☐ Emenda de Bancada	746.980,00	0,00	746.980,00
☐ Não encontrada	746.980,00	0,00	746.980,00
Total	746.980,00	0,00	746.980,00

Mapeamento cod. complemento fonte e tipo emen

Tipo Emenda	Complemento de Fonte
Emenda de Bancada para Saúde	3120

O registro indevido causa distorção na apuração de receitas e índices, tais como: receita corrente líquida, despesa de pessoal, dívida consolidada líquida.

Achado 4. Classificação Indevida no registro de complementação de Fontes de Recursos das Emendas Parlamentares.

3.2.4. Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU)

De acordo com o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020, a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular, do disposto no art. 14 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, sujeito à aplicação das penalidades previstas em Lei.

Em 31/12/2020, encerrou-se o prazo para extinção dos vazadouros a céu aberto (lixões) e aterros irregulares para os municípios que não publicaram plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS) e/ou não implementaram mecanismos de cobrança dos serviços de manejo de resíduos sólidos, em atenção ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020) e em 15/07/2021, encerrou-se o prazo para implementação de mecanismos de cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU). O TCE-PI inclusive alertou os jurisdicionados municipais quanto a tal circunstância, conforme Decisão Plenária nº 288/2022, publicada no Diário Oficial TCE-PI do dia 24/03/2022.

Durante análise das contas da Prefeitura, verificou-se que não foi instituída, no ano de 2022, a cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU),

configurando renúncia de receita, contrariando o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020.

A regulação do SMRSU é imprescindível aos Titulares, Usuários e Prestadores de Serviço, pois envolve a edição de atos normativos disciplinando os direitos e deveres das partes envolvidas do serviço, bem como a qualidade da prestação, sob os princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Achado 5. Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU) configurando renúncia de receita

3.2.5 Ausência de arrecadação da receita tributária-COSIP

De acordo com os lançamentos no Sagres Contábil, constatou-se ausência de arrecadação de receita referente a **COSIP**, contrariando o que dispõe o art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF)

A Constituição Federal, art. 30, III, prescreve a autonomia financeira dos Municípios, assim como a dos Estados e da União, outorgando-lhes competência para instituir e arrecadar tributos.

Vale destacar que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação. Além disso, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não exercer de forma plena a sua competência tributária, nos termos do artigo 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

3.3. Despesas

No exercício de 2022, a despesa empenhada total (incluindo as despesas intraorçamentárias) do município de Passagem Franca do Piauí atingiu o montante de R\$ 26.473.620,09, que corresponde a 92,92%, em relação à dotação atualizada, representando um saldo de dotação de R\$ 2.018.464,36, conforme detalhado na Tabela 9.

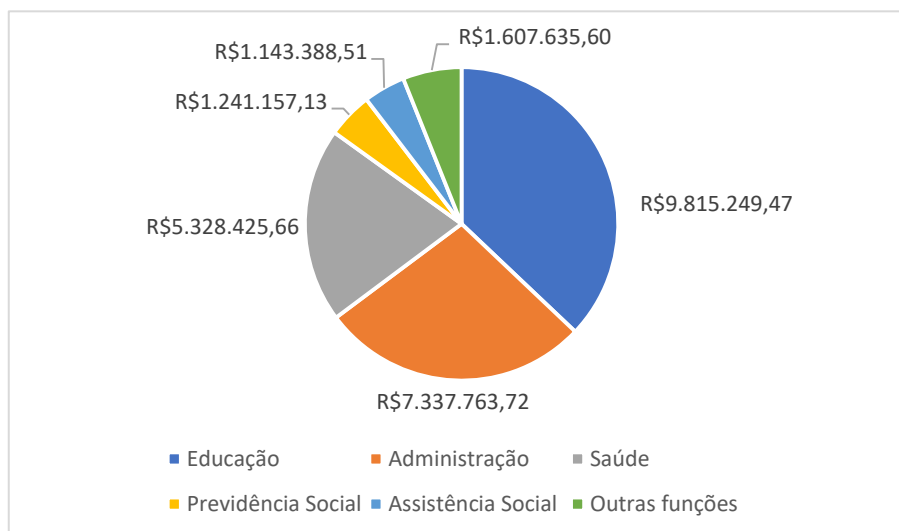
Tabela 9 – Detalhamento da despesa por categoria e grupo de natureza da despesa

Item	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)
Despesas Correntes (VIII)	25.910.958,41	24.418.515,13	24.264.722,64	23.477.821,69
Pessoal e Encargos Sociais	13.803.263,61	13.322.434,67	13.322.434,67	12.886.877,52
Juros e Encargos da Dívida	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.077.694,80	11.096.080,46	10.942.287,97	10.590.944,17
Despesas de Capital (IX)	2.581.126,04	2.055.104,96	2.014.404,96	1.850.255,33
Investimentos	2.075.182,91	1.549.161,83	1.508.461,83	1.346.895,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	505.943,13	505.943,13	505.943,13	503.359,78
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	28.492.084,45	26.473.620,09	26.279.127,60	25.328.077,02
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	28.492.084,45	26.473.620,09	26.279.127,60	25.328.077,02

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP peça 01, fls. 02 a 03

O Gráfico 5 apresenta a despesa empenhada total (incluindo as despesas intraorçamentárias) por função.

Gráfico 5 – Despesa empenhada total por função



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção – RREO 6º bimestre – Anexo 02 peça 01, fls. 56 a 61

3.3.1. Restos a Pagar

Os Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro.

A Tabela 10 demonstra o quadro de execução dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 10 – Quadro da execução dos restos a pagar não processados

Item	Inscritos		Liquidado (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f= (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores(a)	Em 31/12/2021(b)				
Despesas Correntes	0,00	2.260,30	2.160,30	2.160,30	0,00	100,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,30	0,30	0,30	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	2.260,00	2.160,00	2.160,00	0,00	100,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.260,30	2.160,30	2.160,30	0,00	100,00

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP peça 01, fls. 02 a 03

A Tabela 11 demonstra o quadro de execução dos restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 11 – Quadro da execução dos restos a pagar processados

Item	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo f= (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31/12/2021(b)			
Despesas Correntes	2.797.871,97	779.633,07	278.323,88	17.133,35	3.282.047,81
Pessoal e Encargos Sociais	2.197.708,83	209.356,35	166.724,05	3.760,38	2.236.580,75
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	600.163,14	570.276,72	111.599,83	13.372,97	1.045.467,06
Despesas de Capital	4.460,69	52.544,41	14.000,00	0,00	43.005,10
Investimentos	1.497,67	52.544,41	14.000,00	0,00	40.042,08
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.963,02	0,00	0,00	0,00	2.963,02
TOTAL	2.802.332,66	832.177,48	292.323,88	17.133,35	3.325.052,91

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário (BO) – DCASP peça 01, fls. 02 a 03

Conforme Tabela 9, no exercício foram inscritos em restos a pagar um total de R\$ 1.145.543,07, sendo R\$ 194.492,49 não processados e R\$ 951.050,58 processados.

Considerando os saldos remanescentes dos exercícios anteriores somados aos inscritos em 31/12/2022, os restos a pagar não processados totalizam R\$ 194.592,49 e os processados R\$ 4.276.103,49.

3.4. Apuração dos limites constitucionais e legais

3.4.1. Aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)

O cumprimento da aplicação mínima de 25% tem como base a receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino do município, conforme artigo 212 da CF/88.

Com base no disposto no artigo 70 da Lei 9.394/96, não são todas as despesas relacionadas à educação que se enquadram no conceito de MDE, mas somente as despesas voltadas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais.

Com a finalidade de avaliar o cumprimento da aplicação mínima de 25%, foram elaborados os cálculos a partir dos lançamentos contábeis enviados pelo Sagres Contábil, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em MDE

Item	Valor (R\$)
1 - Receita de impostos	881.836,28
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	13.395.135,11
2.1 - Cota-Parte FPM	12.742.624,74
2.2 - Cota-Parte ICMS	605.127,68
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	231,15
2.4 - Cota-Parte ITR	2.371,46
2.5 - Cota-Parte IPVA	44.780,08
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
2.7 - Compensações Financeiras de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00
3 - Total da receita resultante de impostos e transferências	14.276.971,39
27 - Total das despesas de MDE custeadas com recursos de impostos (FUNDEB e receita de	6.502.500,49
28 (-) Resultado líquido das transferências do FUNDEB (6.1.1 – 4)	2.968.230,97
29 (-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira	25.000,31
30 (-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira	0,03
31 (-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira	0,00
32 - Total das despesas para fins de limite	3.509.269,18
33x - Valor exigido para aplicação (exercício corrente)	3.569.242,85
33w.1 - Valor não aplicado (exercício corrente)	59.973,67
33y - Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais aplicado em MDE (exercício corrente)	24,58%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

A análise da Tabela 12 demonstra que o município aplicou no exercício o montante de R\$ 3.509.269,18 em MDE, o que corresponde a 24,58% da receita proveniente de impostos e transferências, **descumprindo** o limite de aplicação mínima (25%).

A Tabela 13 demonstra o percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022.

Tabela 13 – Percentual dos gastos em MDE de 2019 a 2022

Item/ Exercício	2019	2020	2021	2022
Percentual	30,17%	22,84%	37,48%	24,58%
Análise	Cumpriu	Descumpriu	Cumpriu	Descumpriu

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08. Peça 01, fls. 62 a 64

Achado 7. Descumprimento do limite mínimo (25%) de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)

3.4.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

Atendendo ao art. 212-A da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 108/2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, institui-se o FUNDEB no âmbito de cada ente federativo.

O FUNDEB promove a redistribuição dos recursos vinculados à educação, devendo ser utilizados em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 25 da Lei nº 14.113/2020.

No exercício de **2022**, o município de **Passagem Franca do Piauí** empenhou com recursos do FUNDEB um total de R\$ 8.506.525,78 incluindo as receitas recebidas no exercício e os recursos de exercícios anteriores que não foram utilizados (superávit financeiro), conforme detalhado na Tabela 14.

Tabela 14 – Despesas com recursos do FUNDEB por área de atuação

Item	Dotação atualizada (c)	Despesas empenhadas (d)	Despesas liquidadas (e)	Despesas pagas (f)	Inscritas em RP não processadas (g)
10 - Profissionais da educação básica	6.192.920,90	5.944.716,08	5.944.716,08	5.798.780,02	0,00
10.1 - Educação infantil	108.803,74	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - Ensino	6.084.117,16	5.944.716,08	5.944.716,08	5.798.780,02	0,00
11 - Outras despesas	2.930.269,40	2.561.809,70	2.536.809,39	2.373.480,20	25.000,31
11.1 - Educação infantil	1.043.616,11	1.109.208,31	1.109.208,31	1.093.201,99	0,00
11.2 - Ensino	1.886.653,29	1.452.601,39	1.427.601,08	1.280.278,21	25.000,31
12 - Total das despesas com recursos do FUNDEB (10 + 11)	9.123.190,30	8.506.525,78	8.481.525,47	8.172.260,22	25.000,31

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

Os fundos são constituídos por 20% dos recursos previstos no art. 212-A, II da CF/88.

No exercício de **2022**, o município de **Passagem Franca do Piauí** contribuiu com o valor de R\$ 2.462.473,05, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – Contribuição para o FUNDEB

Item	Valor (R\$)
2.1.1 - Cota-parte FPM (parcela referente à CF, art. 159, I, alínea “b”)	11.664.238,44
2.2 - Cota-Parte ICMS	605.127,68
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	231,15
2.4 - Cota-Parte ITR	2.371,46
2.5 - Cota-Parte IPVA	44.780,08
4 - Total destinado ao FUNDEB (20% de 2.1.1+2.2+2.3+2.4+2.5)	2.462.473,05

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

Os recursos do FUNDEB são distribuídos entre os Municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental com base no último censo escolar.

Além disso, em 2021, com base nas novas regras do FUNDEB, a União complementou os recursos de cada fundo em montante equivalente a 12% (doze por cento) do total de recursos.

Assim, o município de **Passagem Franca do Piauí** recebeu, em **2022**, o montante de R\$ 8.401.360,14, conforme detalhado na Tabela 16.

Tabela 16 – Recursos recebidos do FUNDEB

Item	Valor (R\$)
6 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício	8.401.360,14
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.433.085,25
6.1.1 - Principal	5.430.704,02
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	2.381,23
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.580.598,56
6.2.1 - Principal	1.580.598,56
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.387.676,33
6.3.1 - Principal	1.387.676,33
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

3.4.2.1. Aplicação dos recursos do FUNDEB com os profissionais da Educação Básica

O art. 26 da Lei 14.113/2020 e o art. 212-A, inciso XI da CF/88 definem que 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos, com exceção da complementação - VAAR, será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

A Lei 14.113/2020 conceitua remuneração, para fins de aplicação desse percentual, como o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da

estrutura, quadro ou tabela de servidores do Município, inclusive os encargos sociais incidentes.

A Tabela 17 apresenta a apuração desse limite mínimo para o município durante o exercício de **2022**.

Tabela 17 – Apuração do limite mínimo de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica

Item	Valor
6 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício	8.401.360,14
13d - Despesas custeadas com FUNDEB recebidas no exercício com Profissionais da Educação Básica	5.944.716,08
13h - RP não processados sem disponibilidade de caixa com Profissionais da Educação Básica	0,00
19k - Valor considerado após deduções (k) = (13d) - (13h)	5.944.716,08
19i - Valor exigido (i) = (6)*70%	5.880.952,10
19l - % Aplicado (l) = (19k)/(6)	70,76%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

A análise da Tabela 17 demonstra que o município **cumpriu** o percentual mínimo de 70% de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica.

3.4.2.2. Apuração da receita do FUNDEB recebida e não aplicada no exercício

Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, devem ser utilizados pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Contudo, a legislação permite que até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, nos termos do art. 25, § 3º da Lei nº 14.113/2020.

Para apuração desse limite foram elaborados os cálculos a partir dos lançamentos contábeis enviados pelo Sagres Contábil, conforme demonstrado na Tabela 18.

Tabela 18 – Percentual das receitas recebidas do FUNDEB e não aplicadas no exercício

Item	Valor (R\$)
6 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício	8.401.360,14
14 - Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.538.594,51
15 - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União – VAAF	1.580.281,46
16 - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.387.649,81
22m - Valor máximo permitido (m) = (6)*10%	840.136,01
22n - Valor não aplicado (n) = (6-14-15-16)	-105.165,64
14/15/16h - Total das despesas custeadas com FUNDEB inscritas em RP não processados sem disponibilidade de caixa (h)	25.000,31
22o - Valor não aplicado após ajuste (o) = (n-h)	-105.165,64
22p - % não aplicado (p) = (o/a)	-1,25%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

A análise da tabela acima demonstra que o município aplicou todo o recurso de Fundeb recebido no exercício, cumprindo o disposto no art. 25 da Lei nº 14.113/2020.

3.4.2.3. Apuração da aplicação da complementação – VAAT na educação infantil

O art. 212-A, § 3º da Constituição Federal e o art. 28 da Lei nº 14.113/2020 dispõem que 50% dos recursos globais da complementação-VAAT serão destinados para a aplicação na educação infantil.

Nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 14.113/2020, a União divulgou Portaria⁷ que demonstra o ajuste anual dos recursos do FUNDEB para o exercício de 2022 referentes à complementação da União nas modalidades VAAF e VAAT, estabelecendo um indicador de educação infantil (IEI) de **42,06%** para o município de Passagem Franca do Piauí.

A Tabela 19 apresenta a apuração desse limite durante o exercício de **2022**.

Tabela 19 – Percentual de aplicação do FUNDEB-VAAT na Educação Infantil

Item	Valor
6.3 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício - Complementação da União - VAAT	1.387.676,33
17d - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Aplicadas na Educação Infantil (d)	1.096.087,51
17h - RP não processados sem disponibilidade de caixa com indicação de fonte FUNDEB - VAAT (h)	0,00
20k - Valor considerado após deduções (k) = (17d - 17h)	1.096.087,51
20 - Indicador de educação infantil – IEI de Passagem Franca do Piauí (%)	42,06%
20i - Valor exigido (i) = (6.3*IEI)	583.656,66
20l - % Aplicado (l) = (20k/6.3)	78,99%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

⁷ Portaria Interministerial MEC/ME nº 1, de 20 de abril de 2023, disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/consultas>

A análise da tabela demonstra que o município **cumpriu** o percentual de **42,06%** de aplicação da complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil.

3.4.2.4. Apuração da aplicação da complementação – VAAT em despesas de capital

O art. 212-A, inciso XI e § 3º da Constituição Federal e art. 27 da Lei nº 14.113/2020 dispõem que o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos da complementação-VAAT, será aplicado, em cada rede de ensino beneficiada, em despesas de capital. A Tabela 20 apresenta a apuração desses limites durante o exercício de **2022**.

Tabela 20 – Percentual de aplicação do FUNDEB – VAAT em Despesas de Capital

Item	Valor (R\$)
6.3 - Receitas recebidas do FUNDEB no exercício - Complementação da União - VAAT	1.387.676,33
18d - Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT - Aplicadas em Despesas de Capital	291.562,30
18h - RP não processados sem disponibilidade de caixa com indicação de fonte FUNDEB - VAAT	0,00
21k - Valor considerado após deduções (k) = (18d - 18h)	291.562,30
21i - Valor exigido (i) = (6.3*15%)	208.151,45
21l - % Aplicado (l) = (21k/6.3)	21,01%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE – RREO 6º bimestre – Anexo 08 peça 01, fls. 62 a 64

A análise da tabela demonstra que o município **cumpriu** o percentual de aplicação mínima de 15% da complementação da União ao FUNDEB - VAAT em despesas de capital.

3.4.3. Aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)

Para verificar se o município está aplicando, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos e recursos previstos no art. 77, III do ADCT e art. 7º da LC 141/2012, na saúde dos munícipes, foi realizada a apuração do limite conforme Tabela 21.

Tabela 21 – Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em ASPS

Item	Valor (R\$)
Total das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais para fins de cálculo da aplicação em ASPS (III) = (I) + (II)	13.201.791,37
Receita de impostos (I)	881.836,28
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	12.319.955,09
Cota-Parte FPM	11.664.238,44
Cota-Parte ITR	2.371,46
Cota-Parte IPVA	44.780,08
Cota-Parte ICMS	605.127,68

Item	Valor (R\$)
Cota-Parte IPI-Exportação	231,15
Compensações Financeiras de Impostos e Transferências Constitucionais	3.206,28
Total das despesas com ASPS (XII)	2.586.527,50
(-) Restos a pagar não processados inscritos indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira (XIII)	72.978,56
(-) Despesas custeadas com recursos vinculados à parcela do percentual mínimo que não foi aplicada em ASPS em exercícios anteriores (XIV)	0,00
(-) Despesas custeadas com disponibilidade de caixa vinculada aos restos a pagar cancelados (XV)	0,00
Valor aplicado em ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.513.548,94
Despesa mínima a ser aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	1.980.268,71
Despesa mínima a ser aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (lei orgânica municipal)	1.980.268,71
Diferença entre o valor aplicado e a despesa mínima a ser aplicada (XVIII) = (XVI - XVII)	533.280,23
Limite não cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00
Percentual da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais aplicado em ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012)	19,04%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS – RREO 6º bimestre – Anexo 12 peça 01, fls. 65 a 67

A análise da Tabela 21 demonstra que o município aplicou no exercício o montante de R\$ 2.513.548,94 (Despesas Empenhadas) em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o que corresponde a 19,04% da receita proveniente de impostos e transferências, **cumprindo** o limite de aplicação mínima (15%).

A Tabela 22 demonstra o cumprimento do percentual dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) de 2019 a 2022.

Tabela 22 – Percentual dos gastos com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) de 2019 a 2022

Item/ Exercício	2019	2020	2021	2022
Percentual	17,93%	22,58%	20,81%	19,04%
Análise	Cumpriu	Cumpriu	Cumpriu	Cumpriu

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS – RREO 6º bimestre – Anexo 12 peça 01, fls. 65 a 67

3.4.4. Apuração do limite de despesas de pessoal do Poder Executivo

As despesas com pessoal no Poder Executivo Municipal podem representar até 54% da RCL, neste contexto, o acompanhamento e controle são de suma importância no equilíbrio das contas municipais.

No exercício de **2022**, o município de **Passagem Franca do Piauí** teve uma despesa bruta com pessoal de R\$ 13.114.385,84, conforme demonstrado na Tabela 23.

Tabela 23 – Detalhamento da Despesa Total de Pessoal

Item	Despesas liquidadas (a)	Inscritas em RP não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.114.385,84	0,00
Pessoal Ativo	11.817.278,74	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.739.147,37	0,00
Obrigações Patronais	1.078.131,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.105.581,50	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.074.675,50	0,00
Pensões	30.906,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de substituição direta de servidores ou empregados públicos (Uso exclusivo TCE)	191.525,60	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.300.581,50	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	195.000,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.105.581,50	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.813.804,34	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF 3º quadrimestre – Anexo 01 peça 01, fl. 68

O montante de R\$ 191.525,60 que consta na linha “*Outras despesas de pessoal decorrentes de substituição direta de servidores ou empregados públicos (Uso exclusivo TCE)*” é composto pelos valores registrados nos subelementos de despesas 3627-Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional e 3630-Serviços Médicos e Odontólogos.

Ao final do exercício de **2022**, o montante das despesas de pessoal do Poder Executivo, após as deduções das despesas não computadas conforme §1º, art. 19 da LRF, foi de R\$ 11.813.804,34, representando 50,40% da RCL, acima do limite de alerta, **cumprindo o limite legal**, conforme apurado na Tabela 24.

Tabela 24 – Apuração do limite de despesa com pessoal

Item	Valor	% sobre a RCL ajustada
Receita corrente líquida - RCL (IV)	24.188.080,12	103,19%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	746.980,00	3,19%
RCL ajustada (VII) = (IV - V - VI)	23.441.100,12	0,00%
Despesa total com pessoal - DTP (VIII)⁸	11.813.804,34	50,40%
Limite máximo (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.658.194,06	54,00%
Limite prudencial (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.025.284,36	51,30%
Limite de alerta (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.392.374,66	48,60%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF 3º quadrimestre – Anexo 01 peça 01, fl. 68

⁸ Total da despesa bruta de pessoal + RP não processados – despesas não computadas conforme §1º do art. 19 da LRF

A Tabela 25 demonstra o percentual de despesa total com pessoal do executivo nos últimos 3 quadrimestres.

Tabela 25 – Apuração do limite de despesa com pessoal nos últimos 3 quadrimestres

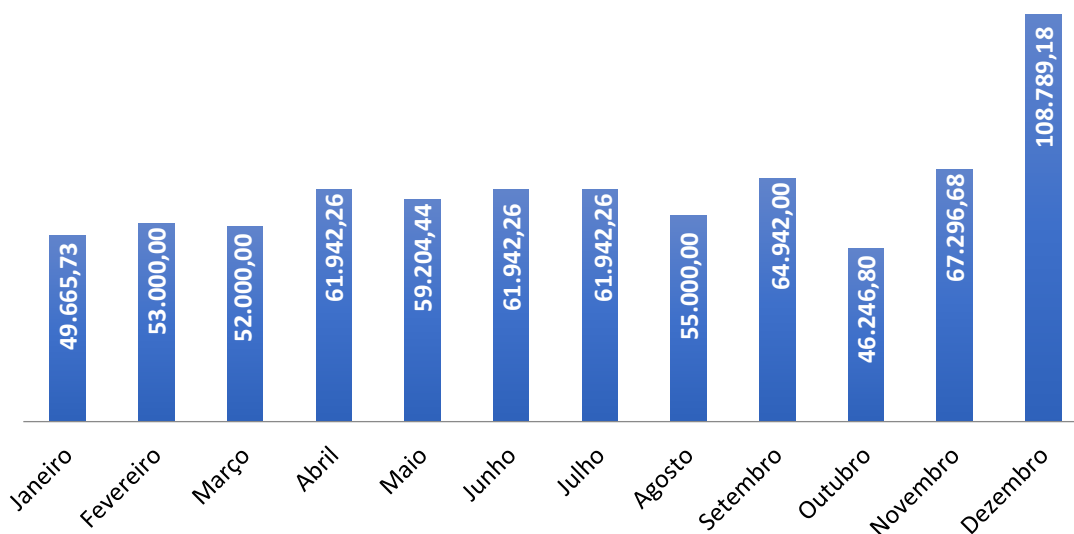
Item/ Quadrimestre	3º Quadrimestre 2021	1º Quadrimestre 2022	2º Quadrimestre 2022	3º Quadrimestre 2022
Percentual	48,54%	50,12%	47,39%	50,40%
Análise	Cumpriu	Limite Alerta	Cumpriu	Limite Alerta

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – RGF 1º, 2º e 3º quadrimestre – Anexo 01 peça 01, fl. 68

3.4.5. Repasse do duodécimo ao Poder Legislativo

Durante o exercício de **2022**, constatou-se que o Poder Executivo repassou à Câmara Municipal de **Passagem Franca do Piauí** o montante de R\$ 741.971,61, conforme repasses mensais constantes no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Repasse mensal ao Poder Legislativo (em R\$)



Fonte: Sagres Contábil – Repasse para o Legislativo - informações do Poder Legislativo peça 01, fl. 69

Visando apurar o cumprimento das disposições constitucionais previstas no Art. 29-A, incisos I a VI, e §2º, incisos I e III, da CF/88, e com base na Instrução Normativa TCE nº 01/2014, que dispõe sobre os critérios de cálculo do repasse de recursos mensais ao Poder Legislativo Municipal, constatou-se que a receita efetiva do exercício anterior foi de 11.313.868,25, conforme demonstrado na Tabela 26.

Tabela 26 – Apuração da receita efetiva do exercício anterior

Item	Valor (R\$)
Receitas Tributárias (I)	397.563,55
Receitas de Impostos	392.381,90
IPTU	351,93
ISS	105.713,94
ITBI	9.992,05
IRRF	276.323,98
Outros Impostos	0,00
Taxas	5.181,65
Contribuição de Melhoria	0,00
Contribuição de Iluminação Pública (II)	36.731,09
Transferência da União (III)	10.131.562,40
Cota-Parte FPM	10.116.963,92
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.345.498,43
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	409.624,60
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	361.840,89
Cota-Parte ITR	2.254,65
Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	6.310,51
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	6.033,32
Apoio Financeiro	0,00
Transferência do Estado (IV)	748.011,21
Cota-Parte ICMS	694.818,31
Cota-Parte IPVA	52.869,39
Cota-Parte IPI-Exportação	323,51
Outras Receitas (V)	0,00
Dívida Ativa Tributária de Impostos	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	0,00
TOTAL (I + II + III + IV + V)	11.313.868,25

Fonte: Sagres Contábil – Receita Efetiva peça 01, fls. 70

Portanto, o município de **Passagem Franca do Piauí** repassou 6,56% da receita efetiva do município no exercício anterior, **cumprindo** o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal, que fixa o limite de 7,00% para Municípios com população de até 100 mil habitantes.

3.4.6. Limite da dívida consolidada líquida

O limite de endividamento do exercício do Município é definido pelo artigo 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, o qual estabelece que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) não pode ultrapassar o percentual máximo de 120% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Assim, realizou-se a verificação do cumprimento desse limite conforme resultado constante na Tabela 27.

Tabela 27 – Apuração do limite de endividamento

Item	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada (DC) (I)	9.746.194,45
Deduções (II)	1.649,89
Dívida Consolidada Líquida (DCL) (III) = (I – II)	9.744.544,56
Receita Corrente Líquida (RCL) (IV)	24.188.080,12
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º,	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada (VI) = (IV - V)	24.188.080,12
% da DC sobre a RCL ajustada (I/VI)	40,29%
% da DCL sobre a RCL ajustada (III/VI)	40,29%
Limite definido por resolução do Senado Federal - 120 % s/ RCL	29.025.696,14
Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108 % s/ RCL	26.123.126,53

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - RGF 3º quadrimestre – Anexo 02 peça 01, fls. 71 a 72

Portanto, constata-se que o município **cumpriu** o limite máximo (120%) estabelecido pela Resolução do Senado Federal, atingindo um percentual de 40,29% da DCL em relação à RCL.

3.4.7. Limite para contratação de operações de crédito

O limite do montante global de contratação de operações de crédito internas e externas em um exercício financeiro é de 16% da RCL, conforme art. 7º, I da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, a mesma resolução define no art. 10 o limite de 7% da RCL.

Assim, realizou-se a verificação do cumprimento desses limites conforme resultado constante na Tabela 28.

Tabela 28 – Apuração do cumprimento do limite de contratação de operações de crédito

Descrição	Valor (R\$)	% sobre a RCL ajustada
Operação de crédito mobiliária	0,00	-
Operação de crédito contratual	0,00	-
Receita Corrente Líquida – RCL (IV)	24.188.080,12	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	0,00	-
Receita corrente líquida ajustada (VI) = (IV - V)	24.188.080,12	-
Operações vedadas (VII)	0,00	0,00%
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00%
Limite geral definido por Resolução do Senado Federal - 16% s/ RCL	3.870.092,82	16,00%
Limite de alerta (inciso iii do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4 % s/ RCL	3.483.083,54	14,40%
Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária	0,00	0,00%
Limite definido por Resolução do Senado Federal para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária - 7% s/ RCL (art. 10 da resolução do senado federal nº 43/2001)	1.693.165,61	7,00%

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Operações de Crédito - RGF 3º quadrimestre – Anexo 04 peça 01, fls. 73 a 74

Portanto, constata-se que o município **cumpriu** o limite máximo (16%) estabelecido pela Resolução do Senado Federal, atingindo um percentual de 0,00% em relação à RCL ajustada.

O município de Passagem Franca do Piauí não contratou operações de crédito no exercício em análise.

3.5. Metas fiscais

A LRF estatui, no § 1º do seu art. 4º, que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá anexo em que serão estabelecidas as metas de resultado primário e nominal e de montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, dessa forma, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu as metas de resultado a serem alcançadas pela Administração.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras ou primárias, é apurado tradicionalmente pela metodologia “acima da linha” com enfoque no fluxo da execução orçamentária do exercício e indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com a sua arrecadação, representando o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Pela metodologia acima da linha, o resultado nominal é obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Tabela 29 – Análise das metas fiscais

Especificações	Meta	Resultado	Situação
Resultado Primário – Acima da Linha	-4.189.599,01	-184.723,37	Atingida
Resultado Nominal – Acima da Linha	-4.189.599,01	-166.111,09	Atingida
Dívida Pública Consolidada	Não Fixação	9.746.194,45	-
Dívida Consolidada Líquida	Não Fixação	13.358.756,82	-

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - RREO 6º bimestre – Anexo 06 e LDO peça 01, fls. 75 a 101

Pelo exposto, conclui-se que a Administração atingiu as metas para Resultado Primário e Nominal, porém não instituiu a meta pra Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida.

Achado 8. Não fixação na LDO da meta da dívida consolidada líquida

Achado 9. Não fixação na LDO da meta da dívida pública consolidada

3.6. Verificação do cumprimento da “regra de ouro”

A denominada regra de ouro corresponde à vedação constitucional (Artigo 167, inciso III) da previsão de realização de receitas das operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital, com objetivo de impedir que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes, como pessoal, custeio administrativo e juros, o que implica na necessidade de a Administração gerar resultado primário suficiente para pagar o montante de juros da dívida e assim controlar o endividamento.

Tabela 30 – Análise do cumprimento da regra de ouro

Descrição	Previsão/Dotação Atualizada (R\$)	Valor realizado/ executado (R\$)
Receitas de operações de crédito (i)	0,00	0,00
Despesas de capital (ii)	2.581.126,04	2.055.104,96
Resultado (ii-i)	2.581.126,04	2.055.104,96

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital – RREO 6º bimestre – Anexo 09 peça 01, fl. 102

Ao analisar a Tabela 30, observa-se que o município **cumpriu** a regra de ouro estabelecida no art. 167, III da CF/88.

3.7. Aplicação da receita de alienações de bens

O artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a aplicação da receita de capital resultante da alienação de bens pertencentes ao patrimônio público no financiamento de despesa corrente.

A Tabela 31 demonstra a utilização desses recursos no exercício.

Tabela 31 – Análise da aplicação da receita de alienação de bens

Descrição	Valor (R\$)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (Ib)	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (IIlf)	0,00
Despesas de Capital	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00
PAGAMENTO DE RP COM RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (IIlg)	0,00
Despesas de Capital	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IIIi)	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR DO EXERCÍCIO (IIIj) = (Ib - (IIlf + IIlg))	0,00
Saldo Atual (IIIi + IIIj)	0,00

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos Anexo 11 – RREO 6º bimestre peça 01, fls. 103

Ao analisar a Tabela 31, observa-se que o não foram constatadas alienações de bens pertencentes ao patrimônio público do ente em análise.

3.8. Análise do equilíbrio financeiro

O equilíbrio financeiro, nos termos prescritos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pressupõe o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações na execução financeira da despesa, com objetivo de harmonizar a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos, assim evitar desequilíbrios que tenham consequências graves como o endividamento, ausência de investimentos ou decomposição do patrimônio público.

É possível verificar o equilíbrio financeiro a partir da Demonstração das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar (Art. 55, III, LRF – anexo 5 do RGF), com base na premissa de que os recursos não vinculados (fonte livre) sejam suficientes para cobertura de possíveis fontes de recurso vinculadas deficitárias após a inscrição dos Restos a Pagar.

A Tabela 32 apresenta os saldos financeiros por fontes de recursos vinculados e não vinculados e respectivas obrigações assumidas em cada uma dessas fontes, conforme Demonstrativo de Caixa e Restos a Pagar (peça 01, fls. 104 a 105).

A verificação dos saldos financeiros é necessária para identificar a possibilidade de inscrição em restos a pagar processados e não processados, considerando também as demais obrigações de despesa que não tenham passado pela execução orçamentária.

Tabela 32 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Item	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em RPNP do exercício) (g)	Disponibilidade de caixa líquida (após a inscrição em RPNP do exercício) (i)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	13.592,18	-1.546.560,18	-1.617.872,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	36.148,44	-2.670.038,27	-2.793.218,94
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação*	0,00	-79.157,69	-79.157,72
Transferências do FUNDEB	838,67	-1.595.842,28	-1.620.842,59
Outros Recursos Vinculados à Educação	1.112,35	-13.622,87	-13.622,87
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde*	0,00	-417.701,41	-490.679,97
Outros Recursos Vinculados à Saúde	11.411,04	-351.694,77	-376.896,54
Recursos Vinculados à Assistência Social	14.999,27	-35.403,10	-35.403,10

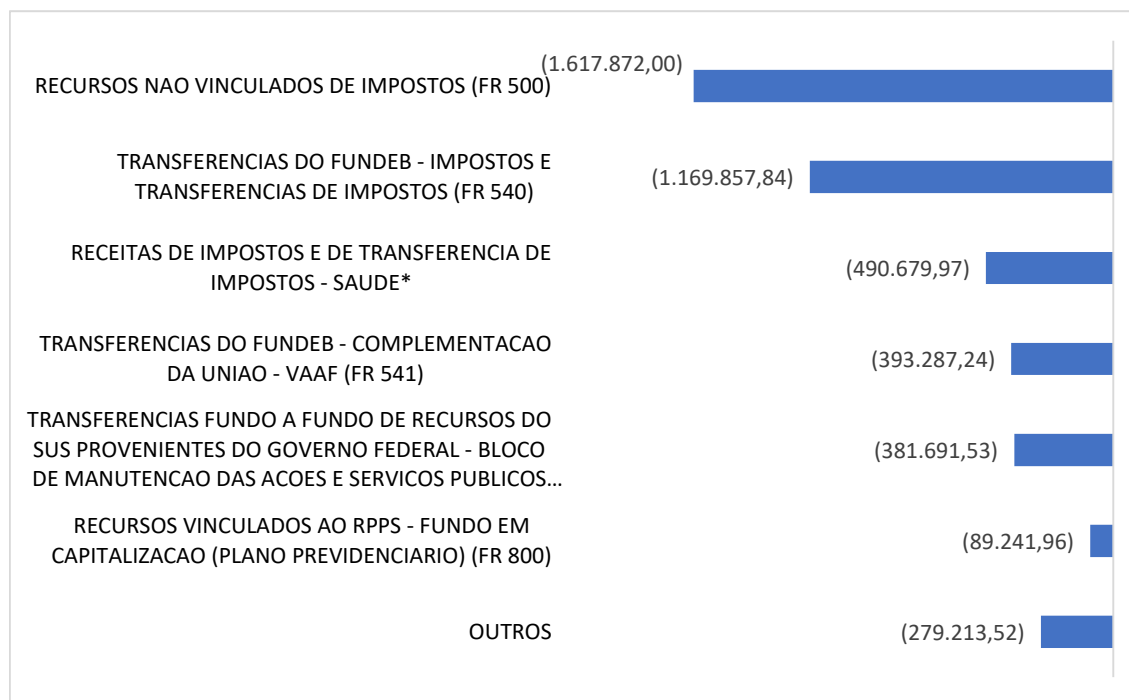
Item	Disponibilidade de caixa bruta (a)	Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em RPNP do exercício) (g)	Disponibilidade de caixa líquida (após a inscrição em RPNP do exercício) (i)
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (FR 800)	6.927,74	-89.241,96	-89.241,96
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) (FR 801)	0,00	-64.814,94	-64.814,94
Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (FR 802)	0,00	-20.535,48	-20.535,48
Recursos de Operações de Crédito (FR 754)	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	257,88	257,88	257,88
Outros Recursos Vinculados	601,49	-2.281,65	-2.281,65
TOTAL (III) = (I + II)	49.740,62	-4.216.598,45	-4.411.090,94

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - RGF 3º quadrimestre – Anexo 05 peça 01, fls. 104 a 105

**Não são fontes de recursos, apenas mecanismo de controle de recursos provenientes de impostos e transferências recebidas como repartição de receitas destinadas à educação ou saúde para cumprimento do art. 212 e art. 198, § 2º da CF/88.*

O Gráfico 7 demonstra as fontes de recursos com saldo financeiro negativo (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício).

Gráfico 7 – Fontes de recursos com disponibilidade de caixa líquida negativa



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - RGF 3º quadrimestre – Anexo 05 peça 01, fls. 104 a 105

As fontes constantes no Gráfico 7 apresentam insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas, conforme Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Peça 1, fls.87 a 88. Esse resultado indica realização de empenhos sem a correspondente disponibilidade financeira para sua cobertura em desacordo com a LRF, uma vez que gera desequilíbrio nas contas públicas descumprindo, o disposto do artigo 1º, §1º e 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Achado 10. Insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas, descumprindo o art. 1º, §1º e 42 da LRF

3.9. Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

A) Não emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) está previsto no inciso III, art. 9º da Lei 9.717/1998 e é emitido pelo Ministério da Previdência Social. Ele atesta o cumprimento pelo ente, dos critérios e exigências previstos no art. 5º, da Portaria MPS nº 204/2008 (revogada pela Portaria 1.467/2022, de 02 de junho de 2022), aplicáveis aos regimes próprios de previdência social.

A ausência de CRP válido prejudica o município, visto que acarreta as sanções previstas no art. 7º da Lei 9.717/1998, quais sejam: suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União; impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; e suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Conforme consulta realizada junto ao CADPREV, durante todo o exercício em análise, o município de Passagem Franca permaneceu sem a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Achado 11. Não emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

B) Descumprimento de norma constitucional dada pela EC nº103/2019 para instituição da Reforma da Previdência no município.

A EC nº 103/2019, dentre outras disposições, limitou o rol dos benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS às aposentadorias e pensões por morte e estabeleceu que a alíquota mínima de contribuição dos servidores dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujos RPPS possuam deficit financeiro e atuarial não

poderá ser inferior à dos servidores da União não sendo considerada como ausência de déficit a implementação da segregação da massa ou a previsão em lei de plano para sua amortização (§§ 2º ao 5º do art. 9º). Assim, os entes federativos deveriam adotar as providências relacionadas à discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

O Sistema de Gestão de Consultas e Normas – GESCON-RPPS reúne as legislações relativas aos RPPS dos entes federativos subnacionais. Segundo painel de acompanhamento de adequações à EC 103/2019, disponibilizado pelo Ministério da Previdência através do sítio <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/estatisticas-da-previdencia/painel-estatistico-da-previdencia/regimes-proprios-de-previdencia-social-1/painel-de-acompanhamento-da-reforma-previdenciaria>, com atualizações até 26/10/2023, o município de Passagem Franca ainda não consta com a reforma da previdência implantada.

Caso o ente já tenha elaborado e aprovado as normas para fins de adequação à EC nº 103/2019 o município deve encaminhar ao Ministério da Previdência para fins de análise de adequação e transparência.

Achado 12. Descumprimento de norma constitucional dada pela EC nº 103/2019 para instituição da Reforma da Previdência no município

C) Ausência de aportes para cobertura do déficit financeiro

O §1º do art. 2º da Lei 9.717/1998, determina que o ente federativo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do seu regime próprio, decorrente do pagamento de benefícios previdenciários.

Em consulta ao resultado apresentado pelo Balanço Orçamentário, identificou-se ausência de equilíbrio financeiro no exercício de 2022, decorrente da diferença entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas, revelando a necessidade de aporte financeiro por parte do Tesouro Municipal.

Tabela 33 - Resultado financeiro do RPPS de Passagem Franca

Análise financeira do RPPS	
(=) Receitas Correntes	1.031.572,98
(-) Receita Patrimonial (Valores Mobiliários)	3.432,42
(-) Despesas empenhadas	1.241.157,13
(=) Resultado Financeiro (déficit)	(213.016,57)

Fonte: Balanço orçamentário do RPPS de Passagem Franca – Sistema Documentação Web

Registra-se ainda que a receita patrimonial, relacionada ao rendimento de aplicações financeiras, foi desconsiderada para a apuração do equilíbrio financeiro, uma vez que não se destina à cobertura de déficit financeiro, mas apenas à cobertura de déficit atuarial, constituindo um recurso a ser capitalizado para o pagamento de benefícios previdenciários futuros, em garantia ao equilíbrio atuarial do RPPS.

O RPPS de Passagem Franca registrou um déficit financeiro no exercício no valor de R\$ 213.016,57, devendo o gestor municipal restituir esses valores aos cofres do seu RPPS, por força do disposto no §1º do art. 2º da Lei 9.717/1998. A não cobertura do déficit financeiro pelo ente, demonstra descumprimento do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no caput do art. 40 da CF/88.

Achado 13. Ausência de aportes para cobertura do déficit financeiro

D) Não disponibilização da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores nos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

O art. 4º, § 2º da LRF, determina que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, que conterà, entre outros, avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos. As projeções atuariais do RPPS devem, também, fazer parte do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (ReREO) do último bimestre do exercício, conforme preceitua o §1º, inciso II, art. 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

Em busca aos documentos enviados ao Documentação Web, por força da Instrução Normativa nº 05/2021, verificou-se que o município não informou as projeções atuariais do seu Regime Próprio no Anexo de Metas Fiscais da LDO, nem no 6º ReREO, descumprindo o inciso IV, §2º do art. 4º e o inciso II, §1º, art. 53, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Achado 14. Não disponibilização da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores nos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

E) Não realização de avaliação atuarial anual

A realização da avaliação atuarial anual é obrigatória e está prevista no inciso I, art. 1º da Lei 9.717/1998. Somente através dela o ente poderá organizar e rever o plano de custeio e benefícios, sendo assim indispensável para que o RPPS possa adquirir equilíbrio financeiro e atuarial.

O município não realizou Avaliação Atuarial Anual, visto que até a presente data não consta a mesma junto a este TCE, sistema Documentação Web, de acordo com o art. 12, VII, b, da Instrução Normativa nº 05/202, bem como não foi possível verificar o Demonstrativo de Reavaliação Atuarial junto ao CADPREV.

A avaliação atuarial anual é documento de envio obrigatório por parte do ente, de acordo com o art. 241, VII, b da Portaria nº 1.467/2022 e do inciso I, art. 1º da Lei 9.717/1998. Esta avaliação é indispensável para que o RPPS possa adquirir equilíbrio financeiro e atuarial, visto que somente através dela o ente poderá organizar e rever o plano de custeio e benefícios.

Achado 15. Não realização de avaliação atuarial anual

F) Baixa avaliação no Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)

O Índice de Situação Previdenciária está previsto pela Portaria ME nº 14.762, de 19 de junho de 2020 e é aferido anualmente, segundo critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pelo Ministério da Previdência. Para sua apuração, os RPPS são divididos em grupos de acordo com o seu grau de maturidade e comparados segundo critérios de gestão, transparência, situação financeira e atuarial. Os resultados são disponibilizados com pontuações de "A", "B", "C" ou "D", de maior a menor desempenho.

O RPPS de Passagem Franca é considerado como Pequeno Porte, pois a quantidade de segurados ativos, aposentados e pensionistas esta entre os regimes que apresentem quantidade inferior à mediana, assim considerada como o valor que separa a metade superior e a inferior dos dados.

Além disso, se insere no grupo de menor maturidade ou com estrutura de massa mais favorável, quando a divisão da quantidade de segurados ativos pela quantidade de aposentados e pensionistas for superior à mediana do grupo.

Tabela 34 – Resultado do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)

ENTE	ÍNDICE DE REGULARIDADE	ÍNDICE ENVIO DE INFORMAÇÕES	ÍNDICE DE GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	ÍNDICE DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	ÍNDICE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	ÍNDICE DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	CLASSIFICAÇÃO EM ATUÁRIA	INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PERFIL ATUARIAL
PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ - PI	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D	I

Fonte: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados>, ISP Resultado Final 2022 Consolidado - Publicado em 07/12/2022.

No ISP-RPPS de 2022 o RPPS de Passagem Franca obteve a classificação final “D”, a pior dentre as possíveis, após a atribuição de nota “C” em todos os itens avaliados e descritos na Portaria N.º 14.762, de 19 de julho de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e trabalho – SEPRT. Ou seja, houve a atribuição da nota “C”, a menor dentre as possíveis, para o indicador de gestão e transparência, finanças e liquides, e classificação em atuária.

Segundo esses termos a qualificação “C” atribuída para a Classificação em Gestão e Transparência é o resultado do Índice de Regularidade (C), Índice de Envio de Informações (C) e Índice de Gestão (C). Significa que o RPPS não cumpre regularmente os critérios exigidos para emissão do CRP e não envia o conjunto de demonstrativos exigidos pela Portaria MPS N.º 402/2008 (DRAA, DIPR, DAIR, RREO, CRP), além disso a gestão não obteve a certificação em nível de aderência do Pró-Gestão - RPPS.

A atribuição de nota “C” a Classificação em Finanças e Liquidez é resultado das atribuições “C” ao Indicador de Suficiência Financeira e “C” ao Indicador de Acumulação de Recursos.

O Indicador de Suficiência Financeira visa avaliar o grau de cobertura das despesas do RPPS pelas receitas do regime e corresponderá à razão do valor anual de receitas pelo valor anual de despesas previdenciárias. A atribuição da nota “C” ao RPPS – Passagem Franca significa que está no tercil dos menores indicadores do grupo e subgrupo.

O RPPS – Passagem franca também recebeu qualificação “C” para o Indicador de Acumulação de Recursos o que significa que está no tercil dos RPPS com a menor capacidade de acumular recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários, em outras palavras, corresponde à razão do acréscimo ou decréscimo anual das aplicações de recursos pelo total de despesas previdenciária do exercício.

A nota “C” para a classificação em Atuária é resultado da nota ao Índice de Cobertura Previdenciária que é visa avaliar a solvência do plano de benefícios e corresponde à razão entre os valores das provisões matemáticas previdenciárias e o total das aplicações financeiras e disponibilidades do RPPS.

Achado 16. Baixa avaliação no Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)

G) Ausência de adoção de medida de equacionamento do déficit atuarial do RPPS

Segundo o disposto no caput do artigo 40 da CF/88 e na lei 9717/98, o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS deverá ser observado, de modo que o déficit atuarial deverá ser equacionado, nos termos da Portaria 1467/22.

Embora o regime próprio de previdência tenha sido instituído em 09.04.2015, conforme Lei Municipal nº 128/2015, até a data de fechamento desta análise o déficit atuarial do RPPS não foi equacionado, permanecendo com alíquotas de contribuição situadas no âmbito apenas do custo normal, ou seja, 14% para o servidor e 14% para o ente federativo.

Achado 17. Ausência de adoção de medida de equacionamento do déficit atuarial do RPPS

H) Ausência de recolhimento da receita previdenciária em regime de parcelamento

As contribuições legalmente instituídas, inclusive seus encargos legais, devidos pelo ente federativo e não repassadas à unidade gestora do RPPS até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e observados os critérios dispostos no art. 14 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Nos Sistemas de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV), bem como no sistema Documentação Web, contam que no exercício em análise estavam em vigor, os acordos de parcelamento nºs 863/2021, 684/2021, 865/2021 e 903/2022 (com a 1ª parcela a partir do mês de julho), conforme demonstrado abaixo:

Tabela 35 – Parcelamentos vigentes no exercício

Nº ACORDO	RUBRICA	PERÍODO ABRANGIDO	QUANTIDADE DE PARCELAS	VALOR PARCELADO	VALOR DA PARCELA	VENCIMENTO 1ª PARCELA
863/2021	Patronal	04/2015 a 09/2016	200	991.149,95	4.955,75	20/10/2021
864/2021	Servidor	07/2015 a 09/2016	200	706.200,34	3.531,00	20/10/2021
865/2021	Patronal	05/2017 a 05/2019	60	1.413.062,78	23.551,05	20/10/2021
903/2022	Patronal	10/2021 a 04/2022	60	305.875,11	5.097,92	30/07/2022

Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV

Dos acordos acima, não houve o devido recolhimento de julho a dezembro de 2022, parcelas de nºs 10 a 15 dos acordos 863/2021, 864/2021 e 865/2021, e parcelas de nº 1 a 6 do acordo nº 903/2022.

Ressaltamos que, inicialmente foi enviado os comprovantes de transferência destas parcelas no sistema Documentação Web, no entanto, após a conferência dos extratos bancários do Fundo Previdenciário do Município de Passagem Franca, viu-se que não houve a efetiva entrada da receita dos parcelamentos acima, já

que o recurso utilizado pelo executivo para seu pagamento, havia sido previamente transferido da conta do RPPS para a conta da Prefeitura Municipal. Tal fato foi objeto de Representação que tramita neste TCE sob número TC/009273/2023.

Achado 18. Ausência de recolhimento da receita previdenciária em regime de parcelamento

I) Descumprimento de norma constitucional para a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC)

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, determinou que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituassem, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, Regime de Previdência Complementar (RPC) para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e desse modo adotem o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o valor das aposentadorias e das pensões em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), nos termos dos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição. No § 6º do art. 9º foi estabelecido o prazo máximo de dois anos da data de entrada em vigor da referida Emenda para a instituição do RPC.

O prazo estabelecido para lei de instituição do RPC, venceu em 31 de março de 2022, passando a ser obrigatório para a emissão do CRP. Desse modo, os entes que não aprovaram a lei encontram-se em situação irregular desde o dia 1º de abril. A regularização do critério se dá por meio da aprovação da lei e envio à Secretaria de Previdência, por meio do sistema Gescon-RPPS, de acordo com o art. 241, inciso VII, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Por força do art. 241, inciso VII, os entes devem encaminhar ao Sistema de Gestão de Consultas e Normas – GESCON-RPPS as informações relativas ao seu Regime de Previdência Complementar (RPC).

Segundo painel de acompanhamento da Implementação do RPC pelos entes, hospedado no sítio do Ministério da Previdência e disponível para visualização pelo

link

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiM2NkYTg5ZjUtYzQwZC00ODNiLTgxMjgtZGE5YTVmYzY5M5NTBkliwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9&pageName=ReportSection>), com atualizações até 25/09/2023, o município de Passagem Franca ainda não consta com a aprovação do seu Regime de Previdência Complementar.

Caso o ente já tenha aprovado sua legislação do RPC, é necessário o encaminhamento desta aos sistemas da Previdência – GESCON-RPPS.

Achado 19. Descumprimento de norma constitucional para a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC)

4. APRECIÇÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

O objetivo deste item é apresentar os resultados e as conclusões da apreciação do Balanço Geral do Município (BGM) referente ao exercício de **2022**, que, por sua vez, tem o intuito de verificar se as demonstrações consolidadas do Município representam adequadamente a posição financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro de **2022**, a fim de subsidiar a conclusão do parecer prévio, conforme art. 165 do RITCE.

Os procedimentos realizados iniciaram-se com a validação automática dos dados recepcionados mensalmente pelo sistema Sagres-Contábil ao longo do período de apresentação da prestação de contas eletrônica (PCE) do exercício.

Os procedimentos limitaram-se a verificar se os demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa) atendem os padrões estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e se possuem divergências em relação aos demonstrativos contábeis gerados a partir dos dados eletrônicos do Sagres Contábil.

4.1. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - DCASP

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

As DCASPs são compostas por cinco demonstrativos: o Balanço Patrimonial (BP), que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública; o Balanço Orçamentário (BO), que evidencia a execução do orçamento; o Balanço Financeiro (BF), que demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária; as Demonstrações

das Variações Patrimoniais (DVP), que detalham as mutações no patrimônio da entidade; e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), que descrevem as movimentações de recursos monetários.

Além disso, de acordo com o MCASP, as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, tendo o papel de fornecer um resumo claro das políticas contábeis relevantes, oferecer informações de apoio e detalhamento sobre os itens apresentados nos demonstrativos, além de abordar outras informações relevantes.

Portanto, após a análise dos demonstrativos constantes na peça 01 fls. 106 a 121, não foram encontradas evidências de que os documentos apresentados possuam divergências significativas em relação à adequada representação da posição financeira, orçamentária e patrimonial do município no final do exercício financeiro, conforme art. 63, I da LOTCE.

5. RESULTADO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL

Este tópico trata da avaliação dos resultados da atuação governamental do município na perspectiva das políticas públicas empreendidas ao longo do exercício de **2022**.

5.1. Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM

O IEGM é um índice que busca avaliar a efetividade das políticas públicas dos municípios do Estado do Piauí e é composto de 07 indicadores setoriais: Educação;

Saúde; Planejamento; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Gestão de TI e Gestão Fiscal.

Um dos objetivos do índice é oportunizar aos gestores a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do seu planejamento, contribuindo para a transparência e aprimoramento da gestão pública e melhorando a sistemática de acompanhamento e avaliação das políticas públicas, de forma a alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo e fortalecer o controle social.

O IEGM possui 5 (cinco) faixas de resultado, conforme a Figura 2.



Figura 2 – Faixas de resultado do IEGM

A	B +	B	C +	C
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de adequação	Baixo nível de adequação
maior ou igual a 90%	entre 75% e 89,9%	entre 60% e 74,9%	entre 50% e 59,9%	menor ou igual a 49,9%

Ressalta-se que foram encaminhados os questionários relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM ano base 2022 para que os gestores encaminhassem suas respostas no sistema Capture Web do TCE-PI, em cumprimento aos arts. 35 a 39 da Instrução Normativa nº 06/2022, conforme link <https://www.tcepi.tc.br/controle-externo/iegm/>.

Assim, tão logo os resultados sejam apurados constará em relatório próprio no processo de levantamento TC/009097/2023.

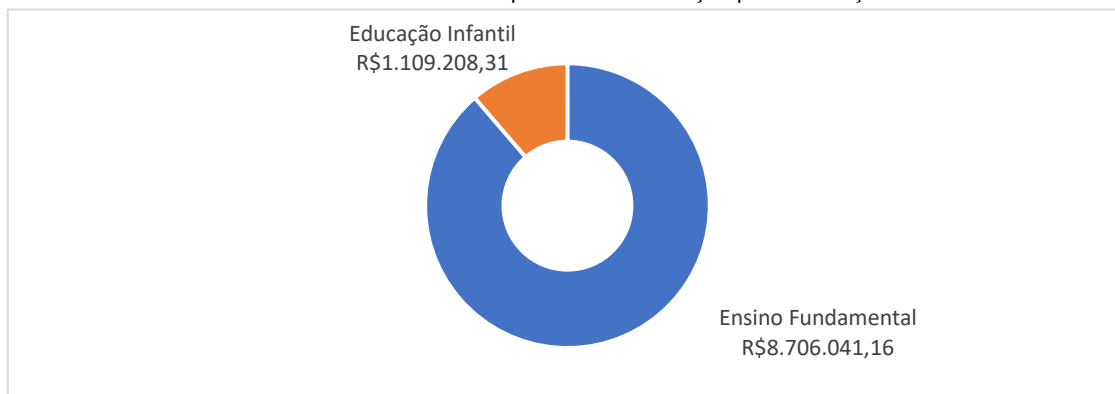
5.2. Educação

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho do cidadão.

Conforme o artigo 211, § 2º da Constituição Federal, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Com isso, os Municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, qual seja, creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (de 6 a 14 anos).

O município de **Passagem Franca do Piauí**, no exercício de **2022**, realizou um total de R\$ 9.815.249,47 em despesas na função educação, conforme detalhado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Total das despesas com educação por subfunção



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção – RREO 6º bimestre peça 01, fls. 56 a 61

5.2.1. Indicador distorção idade-série

O indicador distorção idade-série é o dado estatístico que acompanha, em cada série, o percentual de alunos que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

A Lei 9.394/1996 determina que a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano de ensino fundamental e concluir a etapa aos 14 anos.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar, por meio da captura de todas as informações das matrículas com as respectivas idades.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o município de **Passagem Franca do Piauí**, no exercício de **2022**, obteve os percentuais constantes na Tabela 36.

Tabela 36 – Evolução do indicador distorção idade-série de 2019 a 2022

Anos iniciais				Anos finais			
2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
28,1	26,3	19,1	12,1	53,1	49,7	49,6	44,3

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Da análise da Tabela 36, verifica-se que nos anos iniciais e finais houve uma redução no percentual se comparado aos anos anteriores, contudo, o município deve adotar políticas educacionais para implementar as diretrizes do Programa Nacional de Educação – PNE – META 02, que erradique as distorções idade-série.

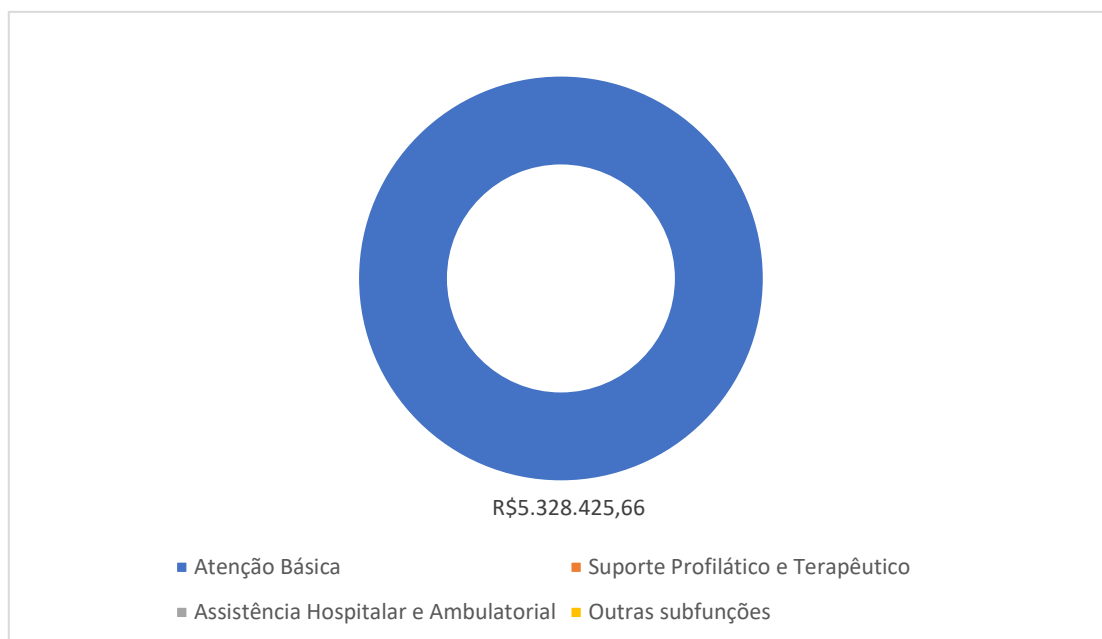
5.3. Saúde

A Constituição Federal de 1988 definiu, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Para atingir esse objetivo, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade firmados na própria Constituição.

Nesse sistema, os municípios coordenam e planejam o SUS em nível local, respeitando a normatização federal. Além de formular suas próprias políticas de saúde, são parceiros na aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde.

O município de **Passagem Franca do Piauí**, no exercício de **2022**, realizou um total de R\$ 5.328.425,66 em despesas na função saúde (incluindo as despesas intraorçamentárias), conforme detalhado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Total das despesas com saúde por subfunção



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) – RREO 6º bimestre peça 01, fls. 65 a 67

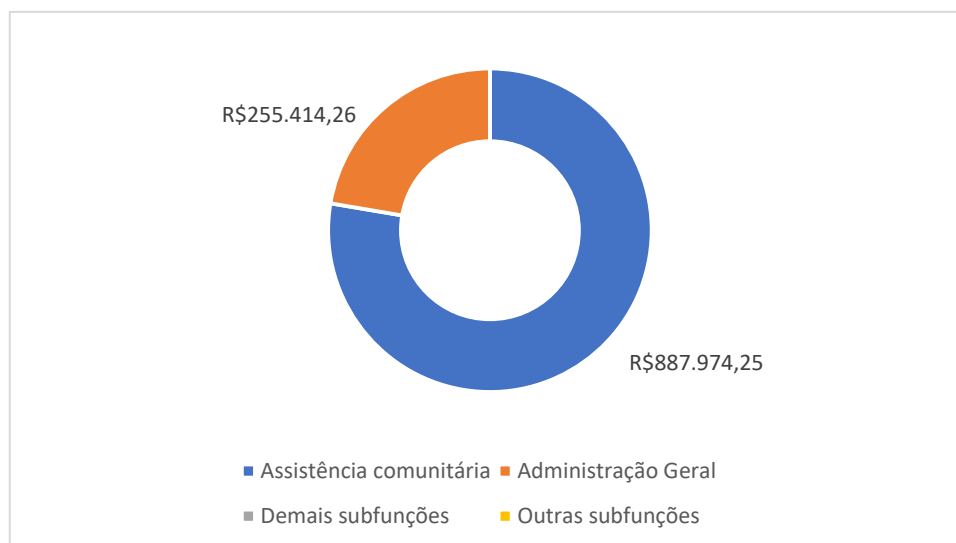
5.4. Assistência Social

A assistência social encontra-se delineada nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal como àquela proteção devida a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Em 1993, com a edição da Lei nº 8.742/1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, organizou-se a assistência social por meio de um sistema descentralizado e participativo o qual é integrado pelos entes federativos, conselhos de assistência social e as entidades e organizações de assistência social, sendo denominado de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estando a competência dos municípios dispostas no art. 15 da LOAS, cabendo, principalmente as ações de coordenação e execução dos programas a nível local.

O município de **Passagem Franca do Piauí**, no exercício de **2022**, realizou um total de R\$ 1.143.388,51 em despesas na função assistência social (incluindo as despesas intraorçamentárias), conforme detalhado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Total das despesas com assistência social por subfunção



Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção – RREO 6º bimestre – Anexo 02 peça 01, fls. 56 a 61

5.5. Portal da transparência

O portal institucional de transparência do município de **Passagem Franca do Piauí** foi avaliado por esta Corte de Contas segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019.

Na avaliação realizada em **2022**, o município obteve a nota de **41,26%**, enquadrando-se na faixa de resultado **Básico**, conforme resultados disponíveis no painel da transparência⁹.

Na Tabela 37 é possível verificar a evolução do portal da transparência do município nos últimos 03 exercícios.

Tabela 37 – Evolução da avaliação do portal da transparência de 2020 a 2022

Descrição/Exercício	2020	2021	2022
Nota	36,76%	26,74%	41,26
Faixa	Básico	Inicial	Básico

Fonte: TC/012660/2022

⁹ Painel de avaliação da transparência dos portais dos entes estaduais e municipais:
<https://www.tce.pi.gov.br/control-externo/paineis-e-levantamentos/transparencia/>

6. BLOQUEIO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DAS CONTAS BANCÁRIAS DEVIDO A AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONSOANTE PREVISTO NO ART. 86, IV, DA LEI 5.888/09.

O Município de Matias Olímpio, durante o exercício de 2022, teve suas contas bancárias bloqueadas devido a ausência de prestação de contas, através dos processos de Representação TC/011838/2022 e 002805/2023.

Como medida para garantir a eficácia do Controle Externo, o TCE/PI editou a Resolução n.º 27/19, regulamentando o procedimento do bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias dos órgãos, entidades, pessoas e fundos, sujeitos a sua jurisdição, através de medidas cautelares, quando constatado ausência na prestação de contas, consoante previsto no art. 86, IV, da Lei 5.888/09.

O dever de prestar contas é norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos, constituindo-se em um dever constitucional a ser cumprido por quem venha a gerir tais recursos. Ademais, na missão constitucional do exercício do controle externo é necessário manter efetiva fiscalização de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos jurisdicionados, visando o exame da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia dos atos de gestão, bem como a aplicação de subvenções, de auxílios e de renúncia de receitas.

Assim, o descumprimento ao referido dever implica prejuízo ao princípio republicano da prestação de contas e, consequente afeta o efetivo controle externo da Administração Pública.

Achado 20. Bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias devido a ausência na prestação de contas

7. RESUMO DOS ACHADOS

Achado 1 *(Item 3.1.3.)* - Publicação de decretos de alteração orçamentária fora do prazo

Achado 2 *(Item 3.1.3.)* - Publicação de decretos com valores divergentes da prestação de contas (Sagres)

Achado 3 *(Item 3.2.1.)* - Insuficiência na arrecadação de tributo de competência municipal (IPTU)

Achado 4 *(Item 3.2.2.)* - Classificação Indevida no registro de complementação de Fontes de Recursos das Emendas Parlamentares.

Achado 5 *(Item 3.2.2.)* - Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU) configurando renúncia de receita

Achado 6 *(Item 3.2.2.)* - Ausência de arrecadação da receita tributária-COSIP

Achado 7 *(Item 3.4.1.)* - Descumprimento do limite mínimo (25%) de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE)

Achado 8 *(Item 3.5.)* - Não fixação na LDO da meta da dívida consolidada líquida

Achado 9 *(Item 3.5.)* - Não fixação na LDO da meta da dívida pública consolidada

Achado 10 *(Item 3.8.)* - Insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas, descumprindo o art. 1º, §1º e 42 da LRF

Achado 11 *(Item 3.9.A)* - Não emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

Achado 12 *(Item 3.9.B)* - Descumprimento de norma constitucional dada pela EC nº 103/2019 para instituição da Reforma da Previdência no município

Achado 13 *(Item 3.9.C)* - Ausência de aportes para cobertura do déficit financeiro

Achado 14 *(Item 3.9.D)* - Não disponibilização da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores nos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

Achado 15 (Item 3.9.E.) - Não realização de avaliação atuarial anual

Achado 16 (Item 3.9.F) - Baixa avaliação no Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)

Achado 17 (Item 3.9.G) - Ausência de adoção de medida de equacionamento do déficit atuarial do RPPS

Achado 18 (Item 3.9.H) - Ausência de recolhimento da receita previdenciária em regime de parcelamento

Achado 19 (Item 3.9.I) - Descumprimento de norma constitucional para a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC)

Achado 20 (Item 5.5.) - Bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias devido a ausência na prestação de contas

8. CONCLUSÃO

As contas de governo, ora analisada, refletiu a atuação do chefe do Poder Executivo responsável pela gestão municipal no exercício de **2022** nas funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas do município.

No exercício, após análise dos documentos que integram o processo de prestação de contas do município de **Passagem Franca do Piauí**, apurou-se os limites dos indicadores constitucionais e/ou legais constantes na Tabela 38.

Tabela 38 – Resumo da apuração dos limites constitucionais e legais

Item	Limite	Apurado	Situação
Créditos adicionais suplementares	≤80,00%	51,12%	Cumpriu
Aplicação em MDE	≥25%	24,58%	Descumpriu
Aplicação dos recursos do FUNDEB com os profissionais da Educação Básica	≥70%	70,76%	Cumpriu
Receita do FUNDEB recebida e não aplicada no exercício	≤10%	-1,25%	Cumpriu
Aplicação do FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	≥0,00%	78,99%	Cumpriu
Aplicação do FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	≥15%	21,01%	Cumpriu
Aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)	≥15%	19,04%	Cumpriu
Despesa de pessoal do Poder Executivo	≤54%	50,40%	Cumpriu

Item	Limite	Apurado	Situação
Repasse do duodécimo ao Poder Legislativo	7%	6,56%	Cumpriu
Dívida consolidada líquida	≤120%	40,29%	Cumpriu
Contratação de operações de crédito	≤16%	0,00%	Cumpriu
Contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO)	≤7%	0,00%	Cumpriu

Diante do trabalho realizado, a equipe da Diretoria de Fiscalização de Gestão e Contas Públicas considera o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior, emitindo **opinião adversa** quanto à apreciação da execução orçamentária, financeira e fiscal e do balanço geral do ente, conforme o art. 19 da Resolução nº 11/2021.

A emissão de opinião adversa fundamentou-se, principalmente, na constatação de achados relacionados aos seguintes aspectos:

- Descumprimento de limite constitucional e legal (MDE);
- Inobservância dos princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais relativos à gestão fiscal responsável, quanto ao equilíbrio financeiro e aos limites ou condições para inscrição em restos a pagar, considerando que fontes de recursos negativas indicam realização de empenhos sem a correspondente disponibilidade financeira;
- Inobservância dos princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais relativos à Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

9. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submete-se o presente relatório à consideração superior com as seguintes propostas, colocando-se essa Diretoria à disposição do(a) Relator(a), Sra. WALTÂNIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA, para os esclarecimentos que se fizerem necessários:

a) CITAR o chefe do Poder Executivo municipal, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, para responderem pelos achados apontados neste relatório;

b) DAR CONHECIMENTO do Parecer Prévio que vier a ser prolatado, bem como do voto e relatório que o fundamentam, além do relatório desta unidade técnica ao órgão de controle interno municipal, para que acompanhem e fiscalizem a adoção das medidas saneadoras e evite a reincidência das irregularidades constatadas;

c) Determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias seja encaminhada ao TCE-PI, via sistema Documentação Web (documentação avulsa), cópia da lei que institui, no âmbito do município, a cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU), conforme determina o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020;

d) DETERMINAR que o gestor cumpra os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal referentes a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente, conforme disposto no art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF).

É o relatório.

Teresina, 20 de Novembro de 2023

Assinado digitalmente

Mayra Veloso Porto Pires de Oliveira
Auditor de Controle Externo
Coordenador

Supervisão:

Assinado digitalmente

Ednize Oliveira Costa Lages
Auditor de Controle Externo
Chefe da DFCONTAS 2

Assinado digitalmente

Rafaella Pinto Marques Luz
Auditora de Controle Externo
Chefe da DFPESSOAL 4 – Divisão de
Fiscalização de Previdência Pública
Item 3.9 deste relatório

Assinado digitalmente

Liana de Castro Melo Campelo
Auditora de Controle Externo
Diretora da DFCONTAS

ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 2 está assinada digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	Data e hora
***.00.393-**	MAYRA VELOSO PORTO PIRES DE OLIVEIRA	21/11/2023 08:44:15
***.00.963-**	RAFAELLA PINTO MARQUES LUZ	21/11/2023 08:51:18
***.00.393-**	EDNIZE OLIVEIRA COSTA LAGES	21/11/2023 10:42:39
***.00.753-**	LIANA DE CASTRO MELO CAMPELO	21/11/2023 14:26:26

Protocolo: 004420/2022

Código de verificação: 69B5AF94-BF75-478D-856F-2D966EDD89D3

Portal de validação:

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>

